
COMUNIDADES EDUCADORAS RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA PARCEIRA

INSTITUTO CULTIVA



FINAL
2025

Descrição do Objeto da Parceria

1. Detalhamento do Plano de Trabalho

Trata-se de uma parceria entre o Instituto Cultiva e a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) do Rio Grande do Norte, que terá como foco a execução do Programa Comunidades Educadoras no âmbito das Escolas da Rede Pública do Estado dos municípios de Natal, Macaíba, São Gonçalo, Parnamirim, Ceará Mirim e Extremoz. O intuito do Programa é gerar informações sobre condições de vida, tempo de convívio familiar, acesso a bens culturais e sociais, acolhida comunitária e acompanhamento dos/as responsáveis em relação aos estudos e progressão na carreira estudantil.

O Programa envolve ações de busca ativa do estudante da 6ª à 9ª séries do ensino fundamental que apresentarem infrequência crônica, mas também procurará buscar informações para intensificação das ações pedagógicas e sociais no acompanhamento desse estudante e no entendimento do perfil de sua família, criando estratégias para fortalecer a presença da família junto a escola, assim como potencializar a rede intersetorial descentralizada no acompanhamento desses sujeitos para um melhor rendimento escolar e qualidade de vida.

Para tanto a consultoria proposta deverá se pautar pelas seguintes iniciativas:

- Assessorar à equipe da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) na qualificação da metodologia de Busca Ativa a partir da concepção adotada no programa Comunidades Educadoras que se pauta pelos seguintes critérios de seleção das famílias a serem visitadas:
 - a) Queda brusca de desempenho escolar nos últimos quatro meses;
 - b) Sinais de violência (como vítima ou autor);
 - c) Sinais de abandono;
 - d) Residência em área de risco;
 - e) Situação de vulnerabilidade social; e,

f) Evasão e/ou infrequência escolar.

- Realizar a formação dos profissionais selecionados para serem as(os) articuladores, assim como das equipes que compõem as DIREC's dos municípios de Natal, Macaíba, São Gonçalo, Parnamirim, Ceará Mirim e Extremoz;
- Realizar a análise dos dados levantados pelos/as articuladores/as comunitários/as, propondo encaminhamentos em diálogo direto com a equipe da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) do Rio Grande do Norte e DIREC's;
- Assessorar a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) do Rio Grande do Norte e as equipes das DIREC's responsáveis pelas escolas dos municípios de Natal, Macaíba, São Gonçalo, Parnamirim, Ceará Mirim e Extremoz para leitura técnica dos dados coletados junto às famílias no processo de Busca Ativa, para definir prioridades pedagógicas locais, regionais e estaduais; e,
- Assessorar na construção de uma rede de atendimento integrado (órgãos estaduais da educação, saúde, hospitais universitários e assistência social) às famílias e estudantes público-alvo deste programa. Para tanto serão construídos protocolos de atendimento às famílias dos/as estudantes visitados/as e o monitoramento a partir dos encaminhamentos propostos.

O programa se articula em visitas contínuas às famílias dos/as estudantes que apresentarem dificuldades de progressão na carreira estudantil para acompanhamento permanente. Desse acompanhamento permanente se estruturam:

- a) Banco de dados indicando as prioridades de atendimento intersetorial;
- b) Protocolos de encaminhamento intersetorial dos casos mais urgentes identificados pelo banco de dados, com definição de casos urgentes e urgentíssimos, dinâmica de envio à rede intersetorial (composta por, no mínimo, equipamentos da área de saúde, de assistência social e unidades escolares) e tempo de devolução dos encaminhamentos realizados à direção das escolas estaduais;
- c) Monitoramento e avaliação dos impactos gerados pela Busca Ativa; e,
- d) Organismos descentralizados intersetoriais de gestão do programa, que denominamos de

Territórios em Rede, que se reúnem periodicamente para analisar os casos mais urgentes e definir encaminhamentos articulados.

2. Justificativa

A demanda apresentada tem por base os pontos de estrangulamento observados no ensino público brasileiro que foram agravados no período da pandemia do COVID19. Dados de pesquisas nacionais realizadas em relação ao indicador de Aprendizagem Adequada apontam um índice, no estado do Rio Grande do Norte (2021), de 17% de estudantes com aprendizado adequado em português (Média Nacional: 35%) e 37% em matemática (Média Nacional: 15%), dados que ilustram que a grande maioria dos/as estudantes dos anos finais do ensino fundamental não apresenta o nível de aprendizagem esperado nesses componentes (com exceção de matemática). No Ensino Médio esses índices tendem a piorar. Os dados do QEDU apontam para 21% de proficiência em português (Nacional: 31%) e 2% em Matemática (Nacional: 5%) para os/as estudantes da rede estadual de ensino do RN.

Os dados apontam ainda um crescimento na taxa de abandono/evasão escolar: em 2021, 4,3% dos/as estudantes do 6º ano da rede estadual de ensino evadiram da escola (Média Nacional: 1,4%). No Ensino Médio esse número cresce para 19% dos/as estudantes (Média Nacional: 5,7%).

A Pesquisa Juventudes e Pandemia do Coronavírus revelou que 6 em cada 10 jovens interromperam os estudos durante a pandemia, principalmente devido à queda de renda familiar. Jovens com ensino fundamental completo são os que mais apontam a necessidade de ganhar dinheiro e de cuidar de filhos como motivo da evasão. Já os jovens com ensino médio completo são os que apresentam maior dificuldade para se inserir no mercado ou aumentar a renda. Na mesma pesquisa 30% de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade não tinham certeza se retornariam aos seus estudos regulares em função da necessidade de ajudar na recomposição da renda familiar – atingida pela queda de emprego e demanda por

serviços – e por se sentirem abandonados pelas escolas quando mais precisavam de apoio emocional.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

Trata-se de uma parceria entre o Instituto Cultiva e a Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Estado do Rio Grande do Norte, que terá como foco o acompanhamento da execução do Projeto Comunidades Educadoras na Rede Estadual de Educação, nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental II, dos municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Parnamirim e Ceará Mirim.

3.2. Objetivos Específicos

- Formar as equipes das DIREC's responsáveis pelos municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Parnamirim e Ceará Mirim, tendo como objetivo aprofundar e detalhar a estrutura e condução do programa Comunidades Educadoras, levando em consideração o território onde as escolas estão alocadas e suas especificidades;
- Formar os/as articuladores/as comunitários/as que estarão alocados nas instâncias de Gestão da SEEC (inicialmente serão 12 Articuladores a serem formados). A formação será realizada no formato presencial com a equipe de consultores do Cultiva, mais a oferta de um material didático que subsidiará todo o processo de visitas;
- Formação para a equipe da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) do Rio Grande do Norte, DIREC's e Articuladores/as Comunitários/as sobre a estrutura da plataforma de dados, monitoramento e suas análises;

- Analisar os dados levantados pelos/as articuladores/as comunitários/as, com sugestão de encaminhamentos educacionais, de saúde e assistência;
- Estabelecer instrumentos e cronograma de avaliação de impacto do programa;
- Apoiar a construção da rede interdisciplinar do programa (Territórios em Rede);
- Construir protocolos de atendimento de casos urgentes.

Em etapa seguinte, a assessoria atuará na preparação das condições para a criação dos Territórios em Rede, processo de descentralização do programa para a organização do Sistema Regional de Governança do Programa apoiado em Territórios em Rede, composto por representação social regional, equipamentos públicos de secretarias parceiras e profissionais da educação. O objetivo desses comitês regionais é o de apropriação dos dados coletados, definição de encaminhamentos e monitoramento dos resultados obtidos, bem como o fortalecimento dos territórios.

4. Cronograma Trimestral de Implantação

O programa está organizado em 3 etapas de implantação, conforme cronograma apresentado a seguir:

ETAPA 1: Abrange a preparação do programa junto à equipe da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) do Rio Grande do Norte e das três DIREC's que implementarão o Projeto (I, II e IV); a formação das equipes que compõe a diretoria, assim como os/as articuladores/as comunitários/as (em número de doze (12) que foi definido pela Secretaria); mapeamento das famílias pelas escolas da diretoria regional; apresentação do projeto junto às Secretarias Parceiras.

ETAPA 2: Início das Visitas às Famílias; Análise técnica dos dados coletados, identificação de urgências e prioridades de atendimento às famílias e estudantes. Essa etapa também envolve a definição de protocolos de encaminhamento e atendimento e implantação do sistema de monitoramento de impacto. Finalmente, esta etapa compreende a sistematização de adequações das ações pedagógicas escolares em virtude dos casos registrados e classificação de urgências; tutoria pelos grupos de WhatsApp criados com as equipes e articuladores.

ETAPA 3: Início do processo de avaliação do impacto do programa e preparação das condições para a criação dos Territórios em Rede.

Este relatório se refere às atividades e metas executadas conforme Planos de Trabalho referentes ao Termo de Colaboração 03/2024 e seus aditivos.

1. ATIVIDADES

Dia 29 de Outubro de 2025

Seminário

Programa Comunidades Educadoras, uma experiência no RN:
Escola, Assistência e Saúde no cuidado integral de estudantes
e famílias

Programação:

Manhã

8h: Cerimonial de Abertura (parte do documentário do programa)

8h 10: Mesa de Abertura (Secretária Socorro Batista, Direção do Instituto Cultiva Ademir Castellari, 01 Articuladora, 01 Técnica da DIREC, 01 Professor/a, 01 Diretor/a, 01 uma Mãe, 01 técnico/a da Rede de Saúde ou Assistência, 01 Consultor/a e 01 coordenadora do programa)

10h: Apresentação da Experiência no RN – Resultados Gerais e E-Book (fotos) – (1h20) – Nayraline e Samuel

- Dados Gerais:
 - 1- Total de visitas realizadas;
 - 2- Total de visitas realizadas, mas sem sucesso (e o motivo);
 - 3- Total de casos urgentíssimos;
 - 4- Motivação das Visitas;
 - 5- Encaminhamentos realizados pela consultoria (Educação, Assistência e Saúde)
 - 6- Quantidade de visitas por município;
 - 7- Número de Estudos de Caso realizados;
 - 8- Renda das Famílias;
 - 9- Número de motivos das visitas de estudantes infrequentes e/ou evadidos e quantos retornaram para a Escola;
 - 10- Quantas escolas realizaram Encaminhamentos Educacionais?
 - 11- Retorno dos Encaminhamentos de Assistência e Saúde.

- Percurso construído para implementação dos Territórios em Rede mais o status de cada território.
- Apresentação do E-book de fotos

11h 30: Debate

12h: Almoço

Tarde

13h30: Roda de Conversa – Território em rede para uma Educação Integral (6 pessoas dos territórios + um mediador/a)

- Motivações:
 - 1- Por que fazer território em rede? Qual impacto isso proporciona na garantia de direitos de crianças e adolescentes?
 - 2- Qual o impacto dessa estratégia na Saúde e Assistência?
 - 3- Qual o papel da Escola nessa articulação? Em que ela favorece uma perspectiva de uma Educação Integral?

15h: Roda de Conversa – Escola também é rede de proteção: os encaminhamentos educacionais (6 pessoas: 2 professores; 2 diretores; 1 técnica da DIREC e 1 articuladora + um mediador/a)

Motivações

- 1- Tendo em vista a Escola como parte da rede de proteção, o que é necessário potencializar na sua estrutura e currículo para que ela gere pertencimento e encantamento dos estudantes que estão fora e dentro dela?
- 2- Qual o impacto dos encaminhamentos educacionais na escola?

16h 30: Cerimonial de Finalização – Agradecimentos

- Música “A minha casa é gente”
- Fotos das visitas e encontros
- Entrega da lembrancinha plaquinhas de chocolate da Cacau Show com a palavra “Obrigado”
- Cesta (lembrança para a Secretária)

17h: Encerramento

Total de participantes: 108 inscrições: <https://institutocultiva.com.br/seminario-comunidades-educadoras-2026>

Revista

Em anexo [01] revista com os resultados e informações sobre o programa.

Ofício

Em anexo [03] ofício com as informações sobre transferência de tecnologia.

Tabela

Em anexo [04] tabela com as metas, conforme o Plano de Trabalho, que foram atingidas durante a execução.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2025



Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci -
Instituto Cultiva – Presidente

ANEXO 1 - REVISTA



Comunidades Educadoras

O afeto que educa,
a rede que fortalece
e transforma.



**RIO GRANDE
DO NORTE**
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER – SEEC



instituto
cultiva



Expediente



**Secretaria de Estado da Educação,
do Esporte e do Lazer do Rio
Grande do Norte**

Governadora

Maria de Fátima Bezerra

Secretária

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária-Adjunta

Cleonice Cleusa Kozerski

Subsecretário

Flaubert Fernandes Torquato Lopes

Subsecretário do Esporte e do Lazer

Júlio Cezar Nunes Júnior

Chefe de Gabinete

Matheus Peixoto Querino

Coordenadora da CORE

Magnolia Margarida dos Santos Moraes

Coordenadora da CODESE

Glauciane Pinheiro Andrade

**Diretor da 1ª Diretoria Regional de
Educação**

Jarbas Brito de Araújo

**Diretora da 2ª Diretoria Regional de
Educação**

Alcione Flávia F. das Oliveiras

**Diretor da 5ª Diretoria Regional de
Educação**

Ramiro Teixeira da Silva Júnior

Subcoordenadora do Ensino Fundamental

Nazineide Brito

Equipe do Busca Ativa

Claudenyce Dantas de Souza

**Coordenadora do Programa Avexadas
Para Aprender**

Isabella Cecília Reis Soares de Maria

**Coordenadoras do Programa
Comunidades Educadoras**

Helensandra Lima da Costa Nobre

Janaina Silmara Silva Ramos

Ysla Beatriz Ilarino Severiano

Instituto Cultiva

Presidente

Rudá Ricci

Vice-presidente

Ademir Castellari

Diretora Administrativo-Financeira

Fernanda Ricci

Coordenadora do Projeto

Nayraline Barbosa de Oliveira

Consultoras

Jéssica Garbi

Paula Regina Carvalho Dantas

Rita de Cássia Henriques

Samuel Germano

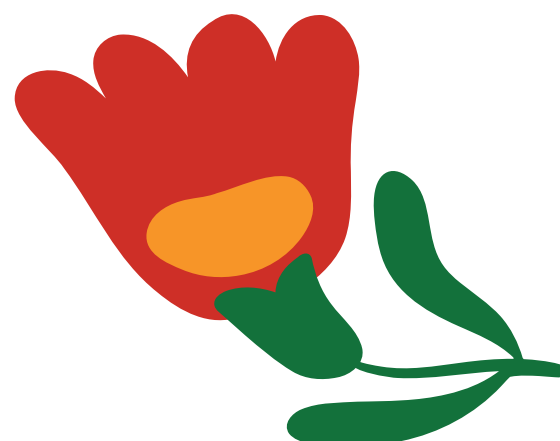
Equipe TI

Alex Vilaça

Anibal Ferreira

Diagramação

Fernanda Luiza



Uma nova gestão focada no acolhimento

Socorro Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte

O Projeto Comunidades Educadoras, da Educação do RN, estabelece uma nova gestão educacional focada no acolhimento, na equidade e na integração das políticas públicas de educação, saúde e assistência social. Consolidado como política de Estado, o programa coloca o estudante e sua família no centro das ações, reconhecendo que o aprendizado é influenciado pelas condições de vida e pelo ambiente comunitário. A proposta entende que educar é cuidar, escutar e agir coletivamente.

Em um ano de atuação em 72 escolas da Grande Natal, o Comunidades Educadoras deu voz às comunidades, valorizando seus desafios e potencialidades. Centenas de visitas domiciliares e escutas qualificadas ampliaram a compreensão sobre os fatores que interferem na permanência e no sucesso escolar. Cada encaminhamento à rede de saúde ou articulação com a assistência social reforçou um novo paradigma de gestão: a corresponsabilidade entre setores públicos na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

“É a educação se tornando mais humana, justa e próxima das pessoas.”



Os resultados demonstram o impacto: mais de 500 estudantes foram acompanhados diretamente, muitos com situações que afetavam seu desempenho. O diagnóstico levou a encaminhamentos para atendimentos especializados e ao fortalecimento das redes locais de proteção. Essa atuação integrada prova que a escola pode ser um elo entre as políticas públicas, transformando dados em ações e esperança.

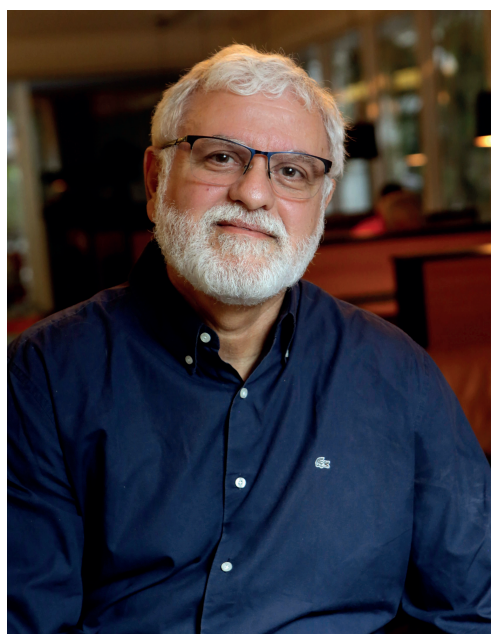
Com apoio técnico-pedagógico do Instituto Cultiva e o comprometimento das equipes, o programa consolida uma metodologia inovadora de trabalho intersetorial. Aprende-se a planejar o cuidado com base em evidências, a valorizar o território como espaço de aprendizado e a construir políticas públicas a partir da escuta e do diálogo. É a educação se tornando mais humana, justa e próxima das pessoas.

Esta celebração reflete o espírito transformador e o empenho de profissionais que acreditam no poder da escuta, na força da colaboração e na potência da educação como instrumento de emancipação social, reafirmando o compromisso do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com uma educação pública que acolhe, transforma e garante o direito de aprender.

Dois anos de inovação no Rio Grande do Norte

Rudá Ricci
Presidente do Instituto Cultiva

Ao longo de dois anos, o Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC), estruturou um sistema de atendimento a crianças e adolescentes fora da escola ou com dificuldades de aprendizagem. Diversos programas foram articulados, focados na busca ativa, na correção da distorção idade-série e no apoio a famílias e alunos.



Em segundo lugar, o Comunidades Educadoras se tornou um programa potiguar, uma marca dessa gente brasileira conhecida pela alegria, acolhida, frutas, camarão, sal, moda e talentos. Agora, mais esta marca é do Estado: o Comunidades Educadoras.

Convido os leitores a percorrer a trajetória, ler os depoimentos e perceber o impacto deste programa que coloca no centro da preocupação governamental famílias que raramente ganham visibilidade.

Para nós, do Instituto Cultiva, foi um aprendizado e um desafio emocionante. Ouvir de uma mãe a esperança depositada nas escolas como garantia de dias melhores reforça nosso compromisso com a educação brasileira. Espero que se emocione como todos os envolvidos no Comunidades Educadoras do Rio Grande do Norte.

A revista que você tem em mãos narra, em linguagem jornalística e com depoimentos vivos, a história de um desses programas: o Comunidades Educadoras. Nele, técnicos visitam as famílias de alunos da rede estadual para escutar e identificar as barreiras para a aprendizagem. Não é de bom tom, em um texto de apresentação, revelar o que a equipe profissional contará em seguida.

Contudo, posso adiantar que o Comunidades Educadoras colocou as escolas estaduais envolvidas no centro de uma rede de apoio e proteção social. As escolas passaram a integrar, de fato, encaminhamentos conjuntos de famílias, crianças e adolescentes, envolvendo saúde, assistência social, conselhos tutelares e outros órgãos estaduais e municipais. Essa integração de áreas e entes federativos cria uma política de Estado.

“Para nós, do Instituto Cultiva, foi um aprendizado e um desafio emocionante.”

Nota da artista

Fernanda Luiza

Designer responsável pelas artes do projeto

A criação da identidade visual do programa partiu de três elementos principais: representar a educação e o ambiente escolar; mostrar a figura feminina como central no programa, retratando mães e articuladoras; e representar a natureza presente no cotidiano potiguar. Ao trazer o cabelo da mulher como elemento que integra os estudantes, evidenciamos a realidade brasileira, na qual o papel da mulher na organização familiar se expande cada vez mais após conquistas importantes em outros espaços de atuação, como o direito ao trabalho, por exemplo.



“Ao trazer o cabelo da mulher como elemento que integra os estudantes, evidenciamos a realidade brasileira.”

A proposta da ilustração do Seminário de Escola, Assistência e Saúde no cuidado integral de estudantes e famílias nasceu como uma “evolução” da primeira. Os estudantes agora são representados pela comunidade, simbolizando os diferentes municípios por onde o programa passou. A educação toma a forma de um livro que abraça a comunidade, e a natureza aparece em forma de folhas de cajueiro, planta tradicional da região. As cores de ambas as ilustrações são as mesmas, trazendo vibração e calor e integrando todos os elementos presentes.



Para além da sala de aula, a ética do cuidado como princípio

O amor, segundo Bell Hooks (2021), é ação pessoal, cotidiana e profundamente política. Para a autora, amar não é apenas sentir, mas agir com responsabilidade, presença e compromisso, recusando a ideia de que o cuidado possa coexistir com a indiferença. É a partir dessa compreensão que o Programa Comunidades Educadoras ajuda a ressignificar a escola, reposicionando-a como território vivo de encontros, proteção e possibilidades.

Nesse horizonte, a escola é compreendida para além de seu papel pedagógico tradicional. Ela se afirma como espaço de escuta, vínculo e corresponsabilidade, onde aprender significa também cuidar e ser cuidado. O cuidado, aqui, não é assistencialismo, é postura ética, ação consciente e prática diária, que reconhece o outro em sua integralidade e constrói coletivamente as condições para que todos possam desenvolver seus percursos com dignidade e potência.

O Programa fortalece a dimensão coletiva dessa missão. Ao articular escola, famílias, estudantes, educadores, gestão escolar, organizações comunitárias e políticas públicas, promove um tecido de múltiplas vozes e saberes, capaz de ampliar autonomia, participação social e poder de intervenção sobre a realidade. Educar, nesse sentido, é um ato compartilhado, e o território, um protagonista desse processo.

Como ponto estratégico da rede de garantia de direitos, a escola torna-se porta aberta, referência de acolhimento e ponte com outras políticas e atores sociais. Nessa travessia, o Comunidades Educadoras atua para reconhecer, acolher e encaminhar as diferentes expressões da vida que atravessam o cotidiano de crianças e adolescentes, fortalecendo fluxos, construindo redes e ativando presenças, humanas e institucionais.

Assim, o Programa não apenas amplia o olhar sobre a escola: ele a impulsiona como lugar de pertencimento, proteção e participação social. Um lugar que educa porque cuida. Um lugar que transforma porque caminha junto. Um lugar que faz da rede o seu maior gesto pedagógico.

“Educar é um ato compartilhado, e o território, um protagonista desse processo.”



Criar, resistir e reinventar sob o olhar da articuladora

“Minha filha era uma criança rebelde. Brigava muito na escola. E hoje em dia, graças a Deus, eu escuto os professores e diretor da escola falando bem dela.” afirma Jaqueline Guedes Fernandes, mãe de uma das estudantes acolhidas pelo Comunidades Educadoras, “Agradeço muito a vocês por isso. Por terem insistido em falar com a gente”, diz.

Ela se refere ao trabalho das articuladoras comunitárias desenvolvido por meio de visitas, de aproximadamente uma hora, e guiado por um roteiro de questões. Nesse

tempo, as profissionais buscam compreender a realidade das famílias, o convívio entre estudantes e seus familiares, o apoio escolar e a estabilidade. Mais do que uma coleta de informações, trata-se de um encontro que aprofunda o olhar sobre cada história, permitindo que o estudante seja visto em sua totalidade, considerando suas condições sociais, emocionais e familiares como parte indissociável do processo educativo.

Maria Antônia Pinto Silva é uma dessas profissionais. Ela atua como Articuladora Comunitária do município de Extremoz (RN), onde visita as famílias por meio do programa e as auxilia a acessar serviços públicos para atender os estudantes. Ela conta que em maio do ano passado, após muitas tentativas, conseguiu finalmente encontrar a família de Dona Maria e Seu José, pais do Diego. “A casa era simples, com poucos móveis, situada em uma rua sem calçamento. A família enfrentava sérias dificuldades financeiras para pagar as contas e comprar alimentos”. Apesar dos problemas, a família havia acabado de abrigar um colega do filho que havia sido expulso de casa pela família. “Vi um gesto de grandeza. Aquela família, mesmo vivendo tantas privações, acolheu o jovem, deram-lhe moradia e alimentação”, completou.

A ação de Maria Antônia foi imediata: acionou a rede para garantir a continuidade do suporte e providenciou cesta básica para aliviar a necessidade. Meses depois, soube que o jovem havia conseguido um emprego e moradia. A história é um testemunho de que o fortalecimento da rede de proteção cria pontes que vão além da educação formal, transformando vidas através da solidariedade e do cuidado.

A experiência de Maria Antônia revela que o Programa Comunidades Educadoras se destaca pela capacidade de mobilizar respostas sensíveis, imediatas e coletivas, ativando a rede de proteção e reconstruindo trajetórias marcadas pela desigualdade. Com a mesma compreensão, a coordenadora estadual, Janaína Ramos, destaca que um dos principais pontos do programa é fortalecer os vínculos entre escola e família. “Foi com o programa Comunidades, que percebemos a necessidade do fortalecimento do Regime de Colaboração entre os entes federados, para garantir os direitos dos alunos”, explica.



O retrato da urgência em números

O trabalho das articuladoras nas comunidades gerou um volume expressivo de atendimentos: 529 visitas realizadas, dos quais 88% foram classificados como urgentíssimos, que envolvem estudantes que apresentam sinais de violência, apatia, adoecimento psíquico, suspeita de abuso, autolesão, tentativa de suicídio, fome extrema, queda brusca de desempenho, problemas de aprendizagem, bullying, racismo, infrequência/evasão escolar.

Esses casos, identificados nos municípios de Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo e Ceará-Mirim demonstram a amplitude e capilaridade da ação. Ao reconhecer esses perfis, a escola reafirma seu papel como agente essencial no Sistema de Garantia de Direitos e o programa possibilita a reconfiguração das práticas educativas e administrativas, onde os estudantes passam a ser acolhidos, segundo suas condições sociais, emocionais e familiares.



O Desafio do Adoecimento Psíquico

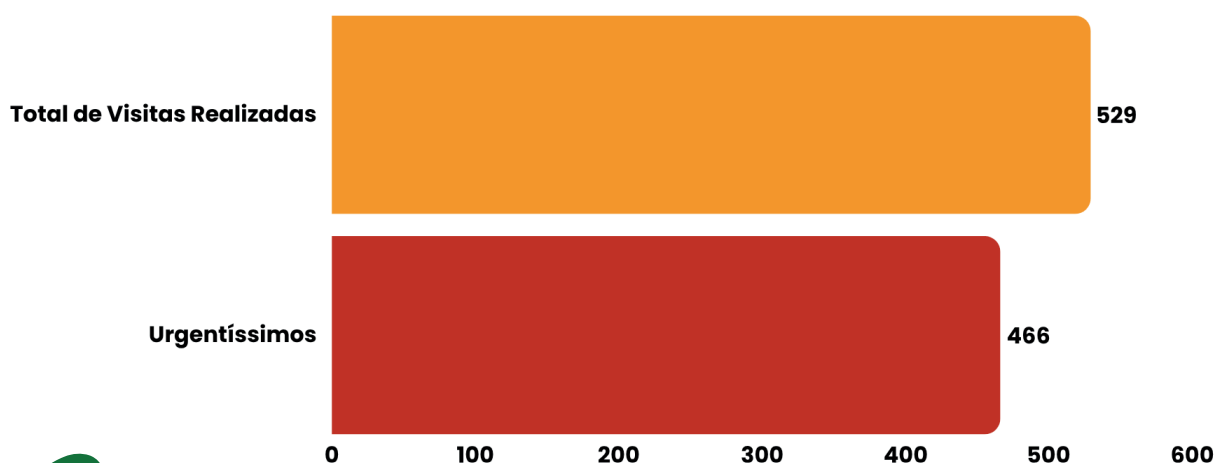
Dentre os casos identificados como urgentíssimos, a Suspeita de Adoecimento Psíquico configurou 26% do total, o que reflete uma crise de saúde mental que atinge diretamente o ambiente escolar.

A identificação do adoecimento no estudante é percebida pela família (60%) e pela articuladora (55%). O adoecimento na própria família é um fator significativo, presente em 20% dos casos observados pela profissional, o que reforça a necessidade de um olhar capaz de integrar todo o núcleo familiar do estudante.

Portanto, a saúde mental foi identificada como o principal gargalo dentre as ações de proteção da rede, sinalizando a necessidade de atenção estratégica por representar um número significativo dos encaminhamentos do programa. O Comunidades Educadoras mostrou-se fundamental para buscar soluções estruturais por meio da articulação com CAPS e CAPSi, e a investigação de transtornos de Neurodesenvolvimento.

“Fechamos o ano com a meta de que não houvesse nenhuma vida interrompida. Porque até a ideação suicida era algo extremamente preocupante. Hoje nós estamos fechando o ano com um êxito imenso, porque os nossos conflitos são muito menores” afirma a gestora da Escola Estadual Mariluza Almeida, Aline Bastos.

Dados gerais



88% dos casos são considerados **URGENTÍSSIMOS**

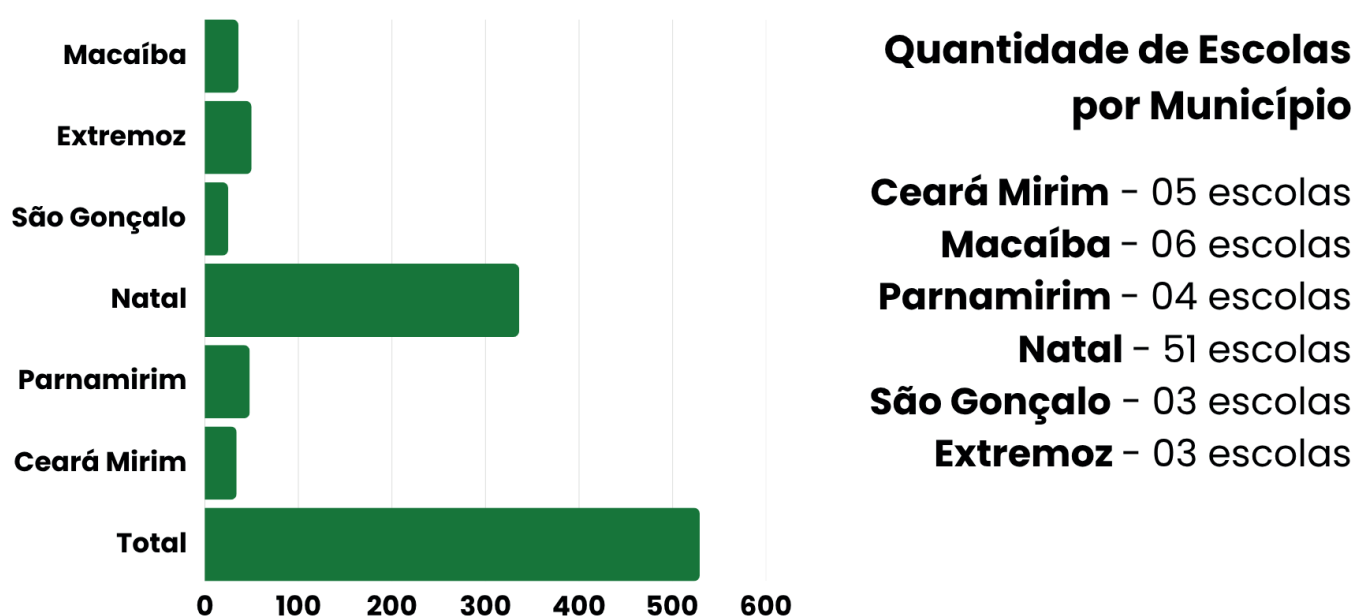
Barreiras para o aprender: evasão e vulnerabilidade

Problemas de Aprendizagem (21%) e a Infrequência e/ou Evasão (20%) também representam grandes desafios. A análise aprofundada desses casos revela que as dificuldades de aprendizado estão intimamente ligadas à vulnerabilidade social.

Dos 124 casos de estudantes identificados com problemas de aprendizagem, 76 deles nunca lêem livros em casa; e 64 não possuem mesa para realizar atividades. A falta de estrutura básica se apresenta com uma barreira invisível, mas poderosa, para o desenvolvimento educacional.

Nos 103 casos de infrequência/evasão, o trabalho da rede conseguiu fazer com que 30 estudantes voltassem a frequentar a escola, demonstrando a eficácia da busca ativa e do acompanhamento.

Casos por município



Para a articuladora comunitária Jarciane Bandeira, o diferencial do Comunidades Educadoras é olhar para as crianças pensando possibilidades. “Atender as necessidades de forma integral, que às vezes é emocional, mas a gente só interliga com o aprendizado. E não é apenas isso. Tem algo emocional, tem algo social. E o programa olha cada componente desse”, constata.

Ela conta que o caso de um menino considerado “complicado” pela escola, que estava ausente há três meses das aulas. “Quando eu cheguei na casa desse menino, a mãe e o pai estavam presos e era a avó que cuidava. Não tinham nem água na geladeira”, relata.

Por meio do atendimento do programa, a criança foi assistida e convencida a retornar à escola. “Hoje eu ainda o acompanho. Inclusive, às vezes eu estou ali pela região e os meninos contam: “tia, a gente conseguiu voltar para a escola. Nossa família está se reestruturando”, diz.

Segundo Jarciane, o Comunidades Educadoras busca estar próximo para ajudar, promovendo a proteção social e a prevenção em áreas carentes, por vezes, dominadas por facções criminosas. Então, quando eu chego, os meninos já perguntam: tia, qual é a criança que você vai visitar hoje?”.

A coordenadora de Desenvolvimento Escolar, Glauciane Pinheiro, reforça o compromisso em qualificar os encaminhamentos educacionais, a fim de que o programa tenha êxito neste cenário. “Fazer esse trabalho junto à rede de proteção, de conhecer os problemas reais que essas famílias têm, que esse estudante tem, acolhê-los e fazê-los retornarem à escola, demonstra que fizemos o nosso trabalho”, afirma.



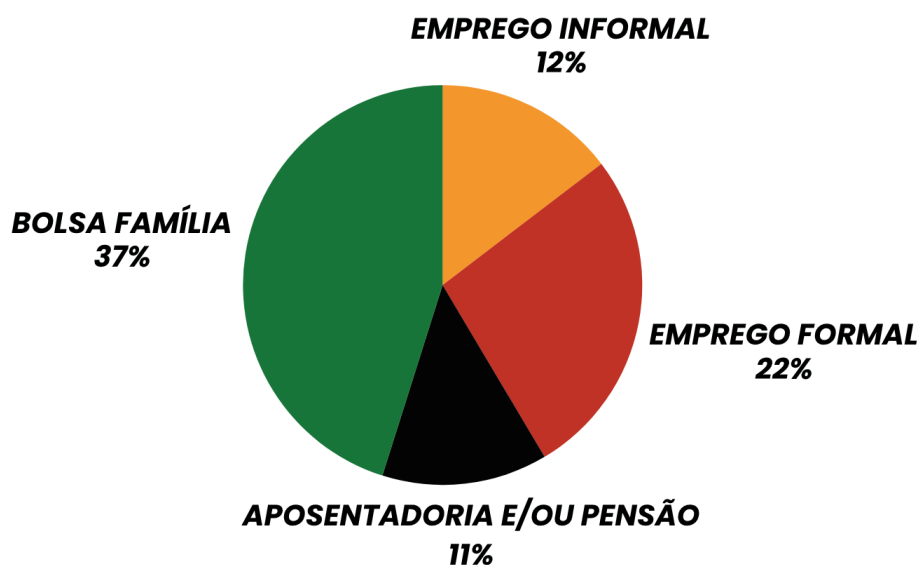
Renda e condição familiar apontam as raízes da vulnerabilidade

Para compreender a complexidade dos casos, é preciso olhar para a base econômica das famílias. A principal fonte de renda das famílias atendidas no programa é o Bolsa Família (37%), seguido pelo Emprego Formal (22%) e Emprego Informal (12%).

A análise dos dados evidencia que, embora 73% das famílias tenham acesso a benefícios socioassistenciais, os valores ofertados mostram-se insuficientes para garantir condições básicas de subsistência.

O Bolsa Família se destaca por alcançar 66% das famílias, constituindo a única fonte de renda em 36% dos casos. Ainda assim, em 82% dos domicílios a renda não cobre as despesas essenciais, com sinais de fome foram registrados em 22% das famílias visitadas e em até 45% daquelas sem renda própria, revelando fragilidades estruturais da Rede de Proteção Social.

Principal fonte de renda das famílias



O mercado de trabalho se mostra igualmente precário. Apenas 22% das famílias contam com emprego formal como principal fonte de renda, enquanto 61% não possuem vínculos formais. A informalidade, embora predominante como complemento, figura como renda principal em 9% dos casos, reforçando a dependência dos benefícios sociais e a limitada capacidade de inserção produtiva estável.

Um grupo particularmente vulnerável reúne 13% das famílias que sobrevivem exclusivamente de benefícios, concentrando altos índices de fome e habitações precárias, o que justifica intervenções focalizadas em geração de renda, qualificação profissional e ações intersetoriais integradas.

As desigualdades raciais são também evidentes. Pessoas negras e pardas compõem mais de 80% do segmento em maior vulnerabilidade, acima dos 68% da amostra geral, demonstrando como marcadores sociais de diferença operam sobre o acesso à renda, ao trabalho e às condições de vida.

Soma-se a isso a centralidade feminina na gestão familiar, onde 41% das famílias são chefiadas por mulheres. Dessas, 70% assumem sozinhas o cuidado dos filhos. A sobrecarga materna também se expressa na participação majoritária em atividades escolares das crianças e na maior exposição ao trabalho infantil quando a mãe está ausente, o que revela a necessidade de políticas específicas para apoio à maternidade solo.

No campo da proteção integral, 91% dos encaminhamentos ao CREAS e ao Conselho Tutelar referem-se a estudantes que estão fora da escola em tempo integral. Isso revela uma oportunidade de fortalecimento das instituições de ensino como parte ativa da rede de garantia de direitos.

“O Bolsa Família se destaca por alcançar 66% das famílias, constituindo a única fonte de renda em 36% dos casos.”



Entre a visita e a resposta, está a transformação

A visita da articuladora é apenas o primeiro passo. O Território em Rede transforma a identificação do problema em solução através de encaminhamentos precisos.

Encaminhamentos Educacionais: O Grupo de Trabalho Diferenciado (GTD) e o Atendimento Domiciliar foram acionados em 91% dos casos, seguidos pela Análise Aprofundada (53%) e o Círculo de Família (27%).

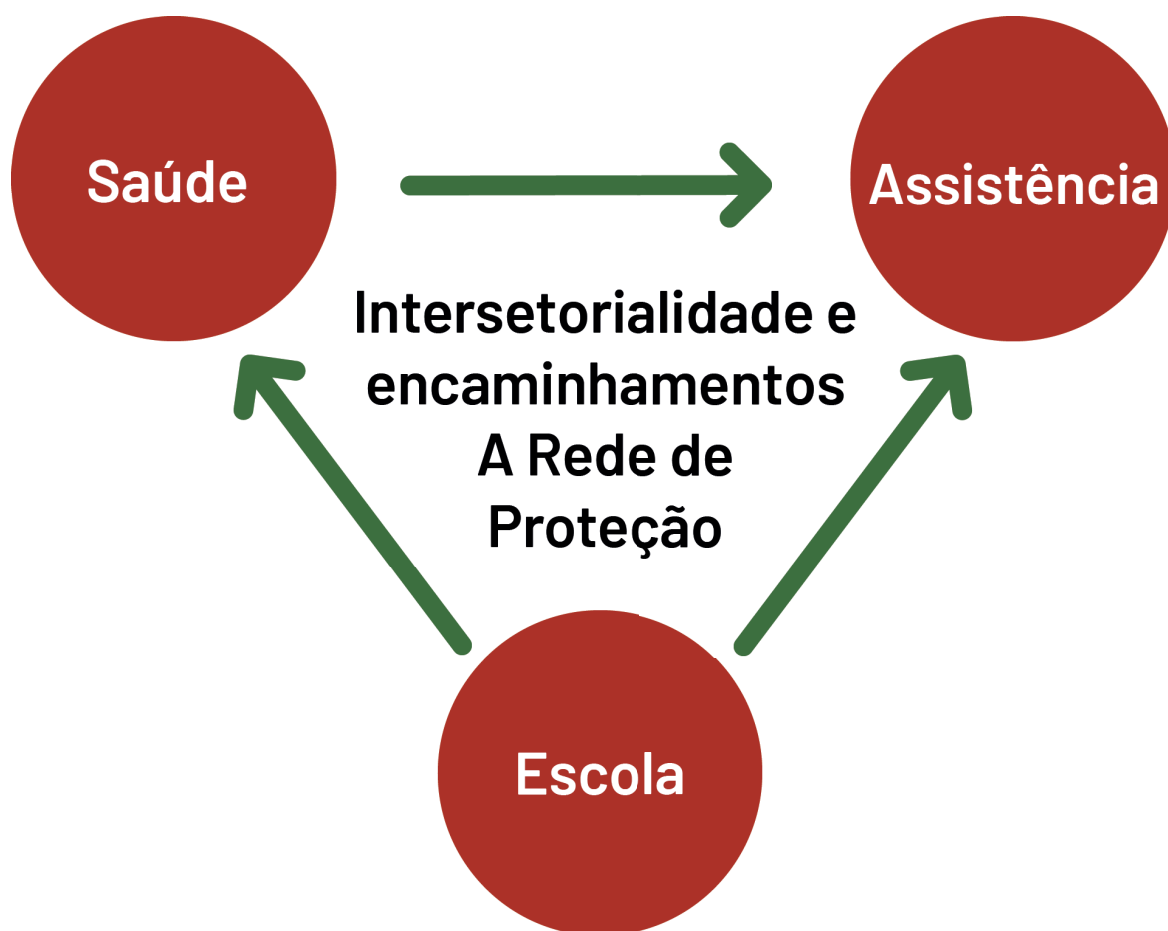
Fluxograma do programa



Encaminhamentos Intersetoriais: A Saúde (85%) e o CRAS (64%) são os parceiros mais acionados, seguidos pelo CREAS e Conselho Tutelar (15%). Os direcionamentos da Saúde incluem CAPS, CAPSi e investigação de transtornos de Neurodesenvolvimento, mostrando a profundidade da intervenção.

O Círculo de Família, por exemplo, é um dos encaminhamentos educacionais que merece destaque. Ele representa um espaço de diálogo e acolhimento, onde a escola e a família se reúnem para construir soluções conjuntas, reforçando o princípio da corresponsabilidade e do cuidado compartilhado. O objetivo é que as três redes (Educação, Saúde e Assistência) gerem ações de proteção e garantia de direitos, em vista do desenvolvimento integral dos estudantes.

Os vínculos ganham vida no Território em Rede



A Rede que faz acontecer

Nayraline de Oliveira
Coordenadora do Comunidades Educadoras no RN

Quando a gente fala sobre implementar um Território em Rede, pode parecer só mais um projeto cheio de etapas e metodologias. Mas, para quem viveu essa experiência de perto, foi muito mais do que isso. Foi um percurso marcado por encontros, desafios, diálogos e, principalmente, por um compromisso coletivo com o cuidado. Aqui, contamos um pouco dessas vivências, não com números ou relatórios técnicos, mas com a emoção de quem viu a história acontecer.

“Foi um percurso marcado por encontros, desafios, diálogos e, principalmente, por um compromisso coletivo com o cuidado.”

Vieram as articulações. Foi um corre danado! Conselhos Tutelares, promotorias, secretarias, vereadores... a gente bateu em muita porta. Teve dia que parecia que nada ia andar. Mas, quando conseguimos reunir tanta gente numa mesma sala para falar de crianças, de direitos e de proteção, eu vi que valia a pena insistir.

E os estudos de caso... ah, esses foram momentos fortes. Quando a gente parava para olhar a vida de um estudante, com toda a sua complexidade, e pensava juntos (as): como a rede pode agir para mudar essa história? Ali, o projeto fazia sentido de verdade. Era o amor virando prática.

Claro que teve desafio. Natal, por exemplo, é imensa, difícil articular tudo. Alguns municípios ainda estavam “atrasados”, sem pactuação com algumas secretarias. Mas, mesmo assim, quando penso no caminho percorrido, me enche de esperança. Porque não estamos só criando um projeto. Estamos reinventando formas de existir em comunidade, de cuidar uns dos outros.

Essas histórias são pequenas janelas para um processo que segue em construção. Elas mostram que, por trás das tabelas e dos cronogramas, existe gente. Gente que acredita, que insiste, que sonha com uma rede mais forte, mais justa e mais humana. E é essa rede de pessoas que faz tudo acontecer: criando, resistindo e reinventando.

A primeira reunião foi um marco. A gente se encontrou para falar sobre o que nos conecta aos nossos lugares, à nossa terra, às nossas histórias. Era 24 de abril de 2025. A manhã começou com um vídeo sobre as regionalidades potiguaras. Imagens do litoral, do sertão, os rostos do nosso povo enchiam a tela e, de repente, aquele encontro técnico virou uma viagem às nossas raízes.



Território em Rede: uma realidade

O Território em Rede é a instância descentralizada do programa, mas seu significado é muito maior do que sua definição técnica. Ele é a compreensão de que o território, segundo Milton Santos (1996), não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço socialmente construído, repleto de significados e relações. É nesse território vivo que a rede de proteção ganha vida, transformando-se em um símbolo das aspirações e desafios enfrentados pelos grupos sociais.

A metodologia se baseia na intersectorialidade, um diálogo estruturante entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Essa abordagem visa lidar de maneira mais eficaz com as complexas manifestações da questão social que impactam a vida das comunidades, reconhecendo que os desafios são multifacetados e exigem uma atuação colaborativa.

O Território em Rede tem como objetivos:

- ➔ Possibilitar a criação de um serviço público de visitas regulares às famílias.
- ➔ Garantir que as informações coletadas nessas visitas sejam objeto de análise pelos profissionais das escolas, alterando, quando necessário, seu plano de ensino.
- ➔ Fomentar uma rede de serviços de apoio às famílias e comunidades do entorno escolar.
- ➔ Favorecer o cruzamento de saberes para que se constitua uma rede integrada, criando um fluxo de informações e ações compartilhadas de referência e contrarreferência.

Assim, o Território em Rede nos ensina que a transformação social não começa em formulários ou fluxos institucionais. Ela começa no encontro. Na troca de olhares, na escuta atenta, na coragem de se sentar à mesa com diferentes, mas mover-se com o mesmo propósito. Mais do que uma metodologia, ele é um convite permanente à construção de comunidades que se reconhecem, se responsabilizam e agem juntas. Porque, no fim, a rede não é um diagrama: é o que acontece quando decidimos caminhar lado a lado, acreditando que o cuidado compartilhado é a melhor forma de educar, proteger e transformar vidas.



O mundo se colore na persistência

O trabalho no Comunidades Educadoras é feito de esperança, mas também de desafios, segundo a técnica da 2ª Direc, Guette Soares. Pedagoga e professora de formação, ela conta que o Programa Comunidades proporcionou o refinamento de sua sensibilidade profissional. “É ver que dentro daquela sala, com 45, 50 alunos, existem alguns que estão invisibilizados pelo olhar coletivo do professor. Muitas vezes a gente escuta os professores dizendo que alguns alunos já desistiram”, conta.

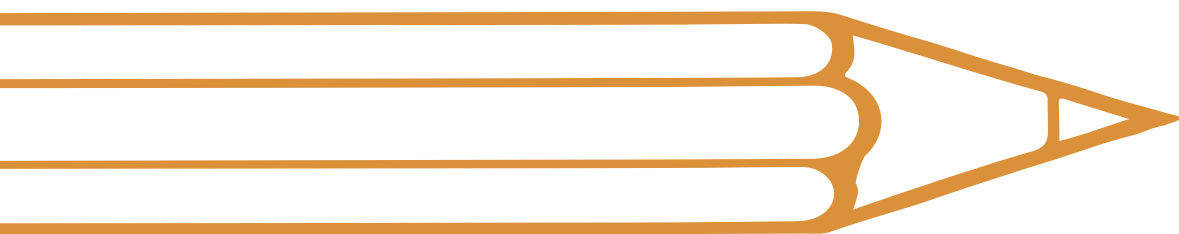


Para ela, a atuação do programa ajuda a rever esses casos para entender a particularidade de cada um deles e as causas que levam as crianças a se desinteressarem pela escola. “Muitas vezes, aquela criança calada está, na verdade, com fome e vive numa família adoecida psiquicamente pela miséria.

“Então, continuamos nessa batalha, não desistimos, mas não é um trabalho fácil, mas é seguramente possível e de mudança de trajetórias de vida”, comemora.

Para Guette, o programa promoveu um deslocamento do olhar técnico-burocrático para uma abordagem mais humanizada e contextualizada, impactando desde a avaliação pedagógica até a escuta ativa em reuniões escolares.

“Muitas vezes a gente escuta os professores dizendo que alguns alunos já desistiram.”



Vozes da rede: onde o cuidado acontece

O sucesso do Comunidades Educadoras reside na capacidade de mobilizar a "equipe de ponta" de cada política pública. O programa colocou técnicos da Educação em contato com equipamentos sociais que antes eram desconhecidos, como CRAS e CREAS, possibilitando uma gestão mais macro e integrada.

A diretora da Escola Estadual Arnaldo Arsênio (Parnamirim), Célia Luiza, considera que a escola não está mais sozinha. "O professor, embora ele tenha a sensibilidade de trabalhar com alunos e ele saiba que o ser humano fora de seu bem-estar físico e psicológico, não tem como estar ativo para produzir, para absorver, para aprender", pondera.

"Mas, quando a gente encontra um programa como o Comunidades Educadoras, a gente não se sente mais tão sobrecarregado e tão desesperançoso e entende que há caminho para o trabalho da educação ser mais amplo. Isso nos fortalece".



Já a técnica da 5ª Direc, Andrea Cristiane Galvão, afirma que o programa a colocou em contato com equipamentos sociais que ela não conhecia. "Eu não sabia a diferença entre CRAS e CREAS, equipamentos com os quais a gente não tinha o contato que o programa possibilitou", recorda.

A conselheira tutelar Célia Ramos, da Região Administrativa Leste de Natal, conta que conheceu o programa e as ações de intersetorialidade proposta no projeto recentemente. Porque a gente sabe da necessidade que as escolas enfrentam e da missão que acabam exercendo de suprir a ausência dos pais. "É aí que o conselho tutelar entra. Quando todos os mecanismos utilizados pela escola não surtiram efeitos. Queremos aqui afirmar a nossa parceria", enfatiza.

Assistente social do CREAS Extremoz, Mércia Ferreira, afirma que tem atuado para que os gestores escolares e professores compreendam sua importância dentro da rede. "Eles, os professores e gestores não estão mais sozinhos", afirma.

A coordenadora de E-multi da Secretaria de Saúde de Macaíba reafirma a importância do trabalho intersetorial. "Gostei e estou gostando de estar participando. A cada encontro que eu participo, fico mais encantada", revela.

Essa articulação, embora ainda frágil em alguns municípios, é o maior ganho conceitual e operacional do programa. Ela permite que os estudantes sejam compreendidos de forma integral, rompendo com uma lógica meramente burocrática de acompanhamento e impulsionando uma cultura escolar mais sensível e comprometida com os direitos humanos.



A força transformadora do coletivo

A implementação do Território em Rede foi um percurso de encontros e articulações. O processo exigiu paciência, especialmente diante da constante mudança de gestores e equipes técnicas. No entanto, a persistência gerou conquistas significativas.

No município de Extremoz, por meio dos promotores Marília Cunha e Ricardo Formiga, o Ministério Público Estadual convocou reuniões ampliadas com o objetivo de ampliar a participação e o acesso ao programa, tornando-o referência para o fortalecimento da rede, sua comunicação e o monitoramento dos casos.

O Território em Rede é um espaço de organização e articulação dos diferentes sujeitos, comprometido com a identidade e desenvolvimento das localidades. É uma reunião executiva onde se define o que fazer a partir de cada equipamento, com o objetivo de gerar ações de proteção e garantia de direitos. A flexibilidade da proposta garante a adesão às realidades específicas de cada território.



A complexidade que exige a Rede

O coração da ação do Território em Rede são os Estudos de Caso intersetoriais. Nessas reuniões, representantes da Educação, Saúde e Assistência Social se reúnem para discutir casos reais de estudantes e famílias, buscando soluções concretas.

A metodologia garante o anonimato, mas permite o compartilhamento de dados sensíveis para que a rede possa agir. O critério de escolha dos casos é a complexidade e a urgência, garantindo que o esforço coletivo seja direcionado para onde é mais necessário.

As experiências se mostraram valiosas, gerando encaminhamentos efetivos e, mais importante, criando um espaço de encontro e aproximação entre os sujeitos que compõem as instituições. Municípios como Macaíba e Ceará-Mirim, que realizaram mais Estudos de Caso, demonstraram maior facilidade de engajamento dos equipamentos, o que prova a eficácia da metodologia. A realização desses estudos é uma reunião executiva, onde se define o que fazer a partir de cada equipamento e de modo colaborativo.

A técnica da 1ª Direc, Alcione Brilhante, relata que os profissionais da educação costumam sentir distância da rede de proteção. “Até pouco tempo a gente não se via, como muitos de nossos colegas não se veem ainda, enquanto escola, como rede de proteção. Não somente à assistência e à saúde”, conta. “A falta desse conhecimento faz o gestor ou professor, não saberem como agir”

Para ela, a proposta do Territórios em Rede faz esse diálogo intersetorial acontecer de modo efetivo e rotineiro, por meio de encontros em que os representantes da rede de proteção trocam experiências, ideias e tenham condições de conversar sobre as possibilidades de participarem de forma positiva da mudança de realidade das crianças e adolescentes de cada uma das regiões.

“O critério de escolha dos casos é a complexidade e a urgência, garantindo que o esforço coletivo seja direcionado para onde é mais necessário.”



Avaliar é Dar Valor:

A metodologia que revela a Identidade do Programa

A avaliação de impacto do Comunidades Educadoras não se confunde com "verificação" ou "controle". Ela adota o método avaliativo, que significa "dar valor a" ou mergulhar no mérito do que se analisa. Trata-se de buscar a identidade forjada pela ação do programa.

A avaliação busca compreender o impacto das ações desencadeadas nos processos de gestão, na dinâmica de aprendizagem e, fundamentalmente, na dinâmica familiar. Essa abordagem é essencial para compreender os significados atribuídos ao programa pelos diferentes sujeitos participantes (diversos, singulares, interdependentes).

A análise das falas dos gestores e técnicos permite identificar a consolidação de eixos temáticos estruturantes:

1. Mudança na Postura Profissional: Profissionais da educação passaram a ter uma compreensão mais ampla das lógicas familiares e a praticar a escuta ativa.
2. Ampliação da Rede de Proteção: O isolamento institucional da escola foi reduzido, fortalecendo os vínculos com a Saúde e a Assistência.
3. Incorporação das Demandas Sociais: As necessidades reais dos territórios passaram a ser consideradas nos planejamentos institucionais.



O Espírito do Comunidades Educadoras

O Comunidades Educadoras rompe com a tradição burocrática de gestão pública focada apenas em programas. Ele adota o conceito de Gestão por Demanda, que incorpora a dinâmica social no planejamento e replanejamento das ações em curso.

O programa tem inspiração no modelo japonês Koban, que significa "estratégia de vigilância local". Nele, servidores públicos fazem visitas regulares às famílias de um perímetro, gerando escuta e identificação. Esses servidores passam a ser identificados como "servidores da família".

“O programa tem inspiração no modelo japonês Koban, que significa 'estratégia de vigilância local'”

Este é o modelo que o Comunidades Educadoras ampliou: o articulador comunitário é o que acolhe e encaminha as demandas aos órgãos sociais. Essa abordagem impulsiona uma cultura escolar mais sensível e comprometida com os direitos humanos, garantindo que a gestão não se aparte da execução.

A avaliação do programa buscou justamente capturar e analisar informações dos órgãos gestores para compreender como essa execução impacta as dinâmicas institucionais e familiares, aumentando o grau de cooperação e gestão de territórios por demanda.



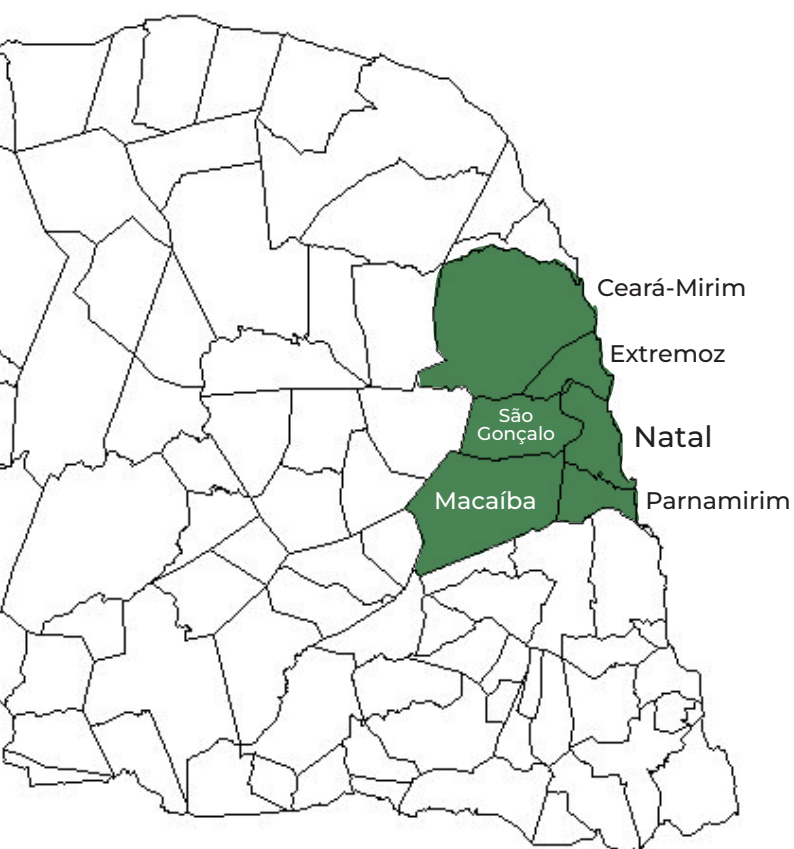
Territórios em Foco e o Cuidado em cada município

O Programa Comunidades Educadoras atua em seis municípios do Rio Grande do Norte: Natal, Macaíba, Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo e Ceará Mirim.

Embora cada um apresente desafios e ritmos próprios, há conquistas notáveis. Em Macaíba e Ceará-Mirim, a Rede de Proteção está mais consolidada, servindo de referência para os demais. O envolvimento do Ministério Público em Extremoz e São Gonçalo também é um avanço que demonstra o reconhecimento da importância do programa pelas instituições de justiça.

A avaliação de impacto nesses dois territórios, por exemplo, foi marcada pela presença significativa dos equipamentos e áreas envolvidas, incluindo a Saúde, o que conferiu outro nível de articulação e dinâmica aos diálogos. Nesses locais, os CRAS demonstram maior clareza dos processos do programa em relação a outros equipamentos da rede.

A capilaridade do programa garante que o cuidado chegue a diferentes realidades, adaptando a metodologia do Território em Rede às especificidades de cada localidade, como a divisão de Natal por zonas para a implantação dos Territórios em Rede.



O Desafio da Contrarreferência e a Força da Rede

A articulação intersetorial é o maior ganho do programa, mas enfrenta obstáculos estruturais, como a ausência de pactos formais e a descontinuidade do apoio institucional. Um dos principais desafios é a contrarreferência, ou seja, o retorno sobre os encaminhamentos realizados.

Essa fragilidade compromete a efetividade dos encaminhamentos e sobrecarrega a equipe escolar. No entanto, o Comunidades Educadoras tem sido uma referência para fortalecer a comunicação e o monitoramento.

O programa prova que, com a metodologia correta, é possível construir um fluxo de informações e ações compartilhadas que garante a proteção e o desenvolvimento integral dos estudantes.



O horizonte do cuidado

O Programa Comunidades Educadoras é mais que um projeto, é um caminho construído coletivamente, alicerçado no cuidado e na corresponsabilidade. Ainda que os desafios permaneçam, os avanços já alcançados e as mudanças percebidas na vida dos estudantes e das instituições parceiras anunciam um horizonte possível, movido pela esperança e pela ação.

O futuro do programa se desenha na consolidação das redes já ativadas e na busca contínua por respostas estruturais aos desafios que atravessam o cotidiano dos territórios. O propósito é firme: que a ética do cuidado seja assumida como princípio inegociável em todas as políticas, serviços e relações que envolvem a vida de crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte.

Mais do que fortalecer fluxos, o programa impulsiona processos que ampliam a autonomia, a autoria e a capacidade de ação dos atores envolvidos, transformando o cuidado em prática cotidiana e política pública sustentável. A caminhada segue, e o que nos move é a certeza de que, quando o cuidado se torna compromisso coletivo, a transformação deixa de ser um objetivo distante para se tornar realidade possível — construída todos os dias, em rede.



ANEXO 2 - OFÍCIO



Ofício nº 12/25 – RN

À Sra. MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA

Secretária de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

Assunto: Transferência da tecnologia da plataforma do Comunidades Educadoras do Instituto Cultiva para a SEEC/RN

Prezada Senhora,

Em atenção às tratativas realizadas no âmbito do Programa Comunidades Educadoras, apresentamos os encaminhamentos realizados pelo Instituto Cultiva para a transferência da tecnologia da plataforma do programa Comunidades Educadoras à SEEC/RN, conforme discutido em reunião entre os TI's Mauricio Lima (SEEC) e Aníbal Marques (Instituto Cultiva) com a presença das coordenadoras Janaina (SEEC) e Nayraline (Instituto Cultiva).

Contextualização

A plataforma do Instituto Cultiva foi desenvolvida como ferramenta de apoio ao acompanhamento dos (as) estudantes nas diversas dimensões de sua vida (familiar, social, escolar). Seu objetivo é identificar sinais que possam indicar risco de abandono escolar, insegurança alimentar, situações de abuso ou outros fatores que comprometam a trajetória educacional.

O funcionamento se dá por meio do registro de ocorrências realizadas por agentes durante visitas domiciliares, resultando em pareceres que subsidiam ações da escola e da rede.

No âmbito da execução do programa Comunidades Educadoras, está prevista a transferência da tecnologia da plataforma para a SEEC/RN, garantindo que:

- A Secretaria seja responsável pelo armazenamento da plataforma;
- Haja suporte técnico, que não envolva nova programação, durante a vigência da Parceria;
- Seja implementada a integração da plataforma aos fluxos do SIGEDUC para acompanhamento dos (as) estudantes.

Orientações dos Técnicos para implantação da plataforma (Cf. Ofício nº 10)

Encaminhamentos realizados pelo Instituto Cultiva

- Foi realizada a atualização da plataforma, contemplando a integração completa com o SIGEDUC para autenticação e registro de usuários, escolas, séries e estudantes.
- Para viabilizar essa integração, foi desenvolvida uma API exclusiva que permite o registro e a manutenção das informações mencionadas, com controle de acesso via chaves de API gerenciadas pelo usuário administrador do sistema.



- A integração entre as bases de dados ocorrerá por meio do próprio SIGEDUC, que será responsável pela sincronização contínua dos dados.

Para a transferência da tecnologia e hospedagem na plataforma, será necessário acordar com a TI da secretaria qual a melhor opção:

- Instalação do sistema em um servidor da SEEC, ou;
- Transferência em um zip contendo o projeto e documentação.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apoio necessário na operacionalização dessas etapas.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 10 de Novembro de 2025

Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci
Presidente Instituto Cultiva

ANEXO 3 – TABELA METAS ATINGIDAS

Metas Plano de Trabalho

Comunidades Educadoras

META	AÇÕES	INDICADORES	ACOMPANHAMENTO	RESPONSÁVEL	STATUS	DATA FINAL DE ENTREGA
Dar continuidade nas visitas Aumento de 50% (200 visitas até o final do aditivo)	Redefinir e efetivar o número de visitas mensais	Número de visitas realizadas e lançadas na plataforma	Relatório	Instituto Cultiva e SEEC	Outubro: 533 casos Novembro: 538 Dezembro: 545	Dezembro
Consolidar encaminhamentos educacionais junto a escolas que já os realizam: Aumento de 60% (373)	Acompanhar junto às escolas os encaminhamentos que estão sendo realizados	Atividades desenvolvidas nas escolas	Relatórios	Instituto Cultiva e Escolas	Meta alcançada Encaminhamentos educacionais planejados via consultoria em 2024 e Instituto Federal (Breno e Louize) em 2025 Encaminhamentos acompanhados pela consultoria (2024): 233 encaminhamentos educacionais Novos planejamentos Educacionais: EE Maria Cristina: 247 estudantes EE Francisca de Castro: 241 estudantes	31 de outubro

					<p>EE Maria Ilka: 11 estudantes EE Mariluza: 33 estudantes EE Eneas Cavalcante: 30 estudantes Total: <u>562 estudantes atendidos</u></p> <p>OBS: os valores altos se referem aos encaminhamentos que as escolas pontuaram que farão com todos os estudantes matriculados.</p>	
<p>Efetivação dos Encaminhamentos Educacionais junto às Escolas que ainda não os realizam: 616 encaminhamentos (77 encaminhamentos mensais)</p>	<p>Reuniões, visitas e formações junto às gestões escolares</p>	<p>Atividades desenvolvidas nas escolas</p>	<p>Relatórios</p>	<p>Instituto Cultiva e Escolas</p>	<p>Continuação Técnicas das Direcs</p>	<p>31 de outubro</p>
<p>Formar professores de 51 escolas estaduais envolvidas no programa para que realizem encaminhamentos educacionais: 250 professores no total.</p>	<p>Preparação de conteúdo e metodologia, marcação de datas e realização da formação</p>	<p>Atividade Formativa realizada</p>	<p>Relatório</p>	<p>Instituto Cultiva</p>	<p>Meta alcançada (planilha com dados das formações nas visitas conforme relatórios e o seminário que aconteceu em maio sobre a temática da violência)</p>	<p>23 de Maio</p>

Fortalecer diálogo com Secretarias de Saúde e Assistência Social (efetivando encaminhamentos de ao menos 50% dos casos identificados): 30 novos encaminhamentos de Saúde e 44 de Assistência Social.	Reuniões, formações e treinamentos com gestores e operacional	Atividades realizadas e fluxos estabelecidos	Atas e Relatórios	Instituto Cultiva	Meta alcançada Visitas realizadas junto aos equipamentos mais estudo de caso nos seis (06) municípios	15 de Agosto
Assessorar SEEC e DIREC's: 01 reunião a cada 2 meses.	Encontros e reuniões com equipe da SEEC e DIREC's	Atividades realizadas	Registro das reuniões, atas, listas de presenças	Instituto Cultiva	Meta alcançada Abril: Implantação dos Territórios em Rede Maior: Seminário sobre os Tipos de Violência Junho: realizado (12 e 27) Julho: 14 a 18 (Transferência de Tecnologia) Agosto: realizado (Monitoramento dos Encaminhamentos) Setembro: realizado (08 e 09 de setembro - Formação Avaliação e Currículo)	31 de outubro

					Outubro: realizado (Transferência de Tecnologia - Análise dos Casos)	
Formação de Articuladoras e Pontos Focais (1 reunião formativa por mês para cada equipe: Articuladoras e Pontos Focais)	Preparação de conteúdo e metodologia, marcação de datas e realização da formação	Reuniões e etapas de formação	Listas de presença	Instituto Cultiva	Meta alcançada Abril: realizado (Território em redes) Maio: realizado (Seminário violência) Junho: Plataforma - Transferência de Tecnologia Julho: Avaliação Setembro: Formação Avaliação e Currículo - GTD e Território em rede	15 de Agosto
Análise de dados advindos das visitas (análise dos casos urgentíssimos advindos das 200 visitas)	Analisar dados e complementar encaminhamentos vindos do sistema e encaminhar para Pontos focais	Número de dados analisados e encaminhados	Relatórios e Sistema	Instituto Cultiva	Meta realizada	Outubro

Construção de 1 Plano de monitoramento e acompanhamento dos encaminhamentos	Discutir conjuntamente com equipe de Coordenação do RN e construir plano	Plano	Relatório	Instituto Cultiva e SEEC	Meta alcançada (repassa dos planos dos encaminhamentos educacionais e monitoramento dos dados de saúde e assistência)	11 de Junho
Avaliar impacto do Programa (1 grupo focal de Secretarias parceiras, professores e famílias para cada um dos municípios envolvidos no processo)	Grupos focais com Secretarias parceiras, professores, pais	Planejamento, levantamento de dados e execução	Relatórios, transcrições e análises	Instituto Cultiva	Meta alcançada	15 de agosto
Criação de Territórios em Rede (total de 7: 2 em Natal, 1 em Extremoz, 1 em Ceará Mirim, 1 em São Gonçalo do Amarante, 1 em Parnamirim e 1 em Macaíba)	Discutir com Escolas, UBS e CRAS a criação dos Territórios em Rede nos municípios	Território funcionando	Relatórios	Instituto Cultiva e Escolas	Meta alcançada Extremoz, Parnamirim, Natal (Zona leste) , Ceará Mirim, São Gonçalo e Macaíba	Dezembro
					Meta alcançada	

Sistematizar dados e Transferir Tecnologia	Formar equipes da SEEC para receber, manipular e analisar dados	Processo formativo e de transferência	Processo finalizado e relatórios	Instituto Cultiva e SEEC	<p>Formação DIREC e Coordenação da SEEC: realizado</p> <p>Formação diretores e professores: dia 12 de junho online - realizado</p> <p>Formação sobre Plataforma (Presencial): 16, 17 e 18 de julho - realizado</p> <p>Transferência de Tecnologia (Avaliação e Currículo - GTD e Território em Rede): 08 e 09 de setembro - realizado</p> <p>Transferência de Tecnologia: análises de casos</p>	31 de outubro
Apresentar resultados (1 evento interno: gabinete da SEEC, DIREC's, gestores escolares e professores; e 1 evento externo:	Apresentar os dados de		Listas de presença			31 de outubro

Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente, Promotoria Estadual da Infância e Juventude e Cidadania e Assembleia Legislativa)	avaliação de impacto	Reuniões com Gabinete, DIRECs, Escolas		Instituto Cultiva e SEEC	Meta alcançada	
---	-------------------------	--	--	--------------------------------	-----------------------	--